

Desvendando os sentidos do trabalho: limites, potencialidades e agenda de pesquisa¹

Deise Luiza da Silva Ferraz² e Paula Cristina de Moura Fernandes³

Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG, Brasil)

Neste texto, objetivamos analisar os conteúdos presentes na definição de sentido(s) do trabalho que possuem maior influência no campo das ciências sociais aplicadas no Brasil. Para tanto, efetuamos uma análise imanente dos artigos mais referenciados na área, identificados por meio de um estudo bibliométrico nos portais CAPES, Spell e SciELO, entre os anos de 2000 a 2017. A partir do levantamento bibliométrico, foi constatado que os estudos acerca do sentido do trabalho possuem dois autores basilares: Estelle Morin e Ricardo Antunes. Para Morin, o trabalho só adquire sentido se houver a intensificação do trabalho e ele for produtivo para o capital; para Antunes, o trabalho só tem sentido para além do capital. Por isso, é epistemologicamente incoerente dialogar os dois autores em um mesmo trabalho, pois um afirma o *status quo* e o outro o nega. A compreensão emanada dos textos analisados permitiu reafirmarmos a necessidade de resgatar a categoria “trabalho” em sua particularidade histórica, defendermos a postura filosófica da determinação ontoprática do pensamento e propormos reflexões sobre uma agenda de pesquisa.

Palavras-chave: sentidos do trabalho, trabalho, subjetividade-objetividade.

Unveiling the meanings of work: limits, potentials and research agenda

In this text, we aim to analyze the contents present in the definition of meaning of work that have the greatest influence in the field of applied social sciences in Brazil. We performed an immanent analysis of the most referenced papers in the area identified through a bibliometric study in the portals CAPES, Spell and SciELO, between the years of 2000 to 2017. By the bibliometric survey it was verified that the studies about the “Meaning(s) of the Work” have two basic authors: Morin and Antunes. For Morin, the meanings of work only make sense if there is an intensification of labor and it is productive for capital; for Antunes, the meanings of labor only make sense beyond capital. Therefore, it is epistemologically impossible to discuss the two authors in the same work, as one affirms the status quo and the other denies it. The understanding emanating from the analyzed texts allowed us to reaffirm the need to rescue the “work” category from the perspective of political economy, to defend the philosophical stance of the ontopractic determination of thought and to propose a research agenda.

Keywords: meanings of work, labor, subjectivity-objectivity.

¹ Agradecimentos a CAPES e FAPEMIG pela concessão de bolsas.

² Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET-ADM/UFMG). <https://orcid.org/0000-0002-4267-8261>

³ <https://orcid.org/0000-0002-5817-819X>

Introdução

Não há consenso na definição do conceito “sentido do trabalho” (Antal, Debucquet, & Frémeaux, 2018), embora haja certa convergência entre as pesquisadoras⁴ de que se trata de um alinhamento entre aspirações individuais e realizações percebidas. Apesar das convergências, Antal, Debucquet e Frémeaux (2018), em pesquisa sobre o estado da arte do tema, destacam a existência de diferentes entendimentos para o conceito, filiando-se à conceitualização de Morin. Esta autora tem grande influência nos estudos desenvolvidos por pesquisadoras brasileiras, conforme mencionam D’Arisbo, Boff, Oltramari e Salvagni, (2018).

Tal como em outros países, no Brasil, também não há consenso sobre o entendimento de sentido do trabalho. Considerando a existência de diferentes epistemes na produção do conhecimento científico (Paes de Paula, 2015) e as críticas aos limites das epistemologias (Ferraz, Chaves, & Ferraz, 2018), avaliamos que o consenso sequer seria possível no atual momento da ciência. O que se vislumbra é a manutenção da chamada guerra paradigmática, por meio da qual, determinados conceitos se tornam a forma mais comum de explicar a realidade.

Reflexões sobre esse estado da ciência e as questões vinculadas ao conceito ‘sentido do trabalho’ permitiram formular a seguinte pergunta: quais os conteúdos que se atrelam ao conceito de sentido do trabalho são mais utilizados pelas pesquisadoras brasileiras da área de ciências sociais aplicadas?

Para responder a essa indagação, consideramos relevante apontar o caminho que nos permitiu chegar aos conceitos mais utilizados, os quais submetemos a uma análise imanente, visando apreender seus conteúdos. O caminho escolhido foi a realização de um estudo bibliométrico, para identificar as obras mais referenciadas no campo científico das ciências sociais aplicadas. As obras foram submetidas à análise imanente (Chasin, 2009), permitindo atingir o objetivo do estudo, qual seja: analisar os conteúdos presentes na definição de sentido do trabalho que possuem maior influência para as ciências sociais aplicadas no Brasil, conforme delineado nas seções a seguir. A partir da análise, defendemos que, para o avanço científico nos estudos sobre o(s) sentido(s) do trabalho, faz-se necessária uma agenda de pesquisa que resgate o debate sobre a categoria “trabalho” em sua universalidade e em sua particularidade de trabalho assalariado, bem como a determinação ontoprática do pensamento, tendo como postura ética o almejo da emancipação humana.

⁴ Reconhecemos que a flexão de gênero não possui determinância alguma na alteração concreta das condições que produzem a opressão das mulheres, ainda assim, optamos pelo uso da flexão feminina para expressar o todo, exceto nas citações diretas. Se a alteração linguística não tem força suficiente para alterar as condições de opressão, pelo menos, traz o desconforto da leitura – lembrando que vivemos em uma sociedade cujas relações são de exploração, mas também de opressão. Portanto, sempre que lerem, por exemplo, trabalhadora(s), entendam trabalhadora(s) e trabalhador(es); pesquisadoras, entendam pesquisadoras e pesquisadores etc.

Procedimentos metodológicos

A fim de atender ao objetivo de analisar os conteúdos presentes na definição de sentido do trabalho que possuem maior influência para as ciências sociais aplicadas no Brasil, a escolha dos textos foi feita a partir de uma pesquisa bibliométrica. A base de dados pesquisada pautou-se nos portais da CAPES, Spell e SciELO, aos quais as principais revistas brasileiras da área de ciências sociais aplicadas estão indexadas. Para a busca dos artigos cujo conteúdo nos era pertinente, foram pesquisadas as palavras-chave “sentidos do trabalho” e “significados do trabalho”.

Cabe aqui destacar que não entendemos que ambos conceitos sejam sinônimos, pois reconhecemos origens epistemológicas distintas na produção dos mesmos. Como apontado por Tolfo, Coutinho, Almeida, Baasch e Cugnier (2005),

[...] identificamos como principais vertentes contemporâneas da Psicologia que tratam de significados e sentidos, as seguintes: cognitivista, existencialista, construcionista, de estudos culturais y sócio-histórica (p. 179, tradução nossa).

Tolfo, Coutinho, Almeida, Baasch e Cugnier (2011), partindo das distintas vertentes, definem e reforçam os pontos diferenciais dos termos. Enquanto significados do trabalho são frutos das construções elaboradas coletivamente em um contexto histórico, econômico e social, os sentidos do trabalho referem-se à apreensão individual do que foi construído coletivamente nas experiências cotidianas. Tal distinção analítica também é encontrada em Bendassolli e Gondim⁵ (2014, p. 133); Colomby e Costa⁶ (2018, p. 4); e Tolfo e Piccinini⁷ (2007, pp. 40-41).

A despeito das diferenças epistemológicas, reconhecemos que as pesquisas acerca dos construtos se debruçam sobre o mesmo fenômeno, cuja raiz está na capacidade cognitiva humana, por isso, optamos por iniciar a coleta utilizando os dois termos de busca. Foram encontrados 208 textos para o período que se estende de 2000 a 2017. Todos os textos foram lidos, excluíram-se os artigos idênticos e, em seguida, foram selecionados apenas os que possuíam como principal marco teórico o sentido do trabalho, totalizando um conjunto de 31 artigos. Estes compuseram nosso *corpus* analítico, submetido à análise estatístico-descritiva.

Para identificarmos os conceitos de sentido do trabalho mais comumente utilizados para explicar a realidade, nos valem de uma medida de centralidade, a moda. Considerando o

⁵ “[...] argumenta-se que os primórdios da distinção entre sentido como algo individual (órgãos dos sentidos), e significado como produções compartilhadas, coletivas (ações intencionais), podem ser localizados nas tradições empiristas e racionalistas, respectivamente”.

⁶ “Based on a literature review and an etymological analysis of the meaning and meaningfulness of the work performed by the authors, the word meaning can refer to perception, significance, and feeling; while the meaningfulness entry may be related to a sign (symbol, concept) that stands out”.

⁷ “Assim, entende-se como significado do trabalho a representação social que a tarefa executada tem para o trabalhador, seja individual (a identificação de seu trabalho no resultado da tarefa), para o grupo (o sentimento de pertença a uma classe unida pela execução de um mesmo trabalho), ou social (o sentimento de executar um trabalho que contribua para o todo, a sociedade). Como definidores do sentido do trabalho, os pesquisadores do MOW identificam, além do significado – individual, coletivo e social do trabalho –, a utilidade da tarefa executada para a organização a que se pertence, a autorrealização e a satisfação, o sentimento de desenvolvimento e evolução pessoal e profissional e a liberdade e autonomia para a execução das tarefas”.

ethos científico, ao se usar um conceito, cita-se a fonte, logo, optamos por identificar os autores que são mais citados, assim como a obra correspondente. Os resultados são demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1: Obras mais citadas

Documento	Autor	Número de Citações
M-2001	Estelle Morin (2001)	20
A-1999	Ricardo Antunes (1999)	14
M-2007	Estelle Morin, Maria José Tonelli e Ana Luisa Vieira Pliopas (2007)	8
M-1997	Estelle Morin (1997)	8
TP-2007	Suzana Tolfo e Valmiria Piccinini (2007)	7
B-2009	Pedro Bendassolli (2009)	7

Fonte: Elaborada pelas autoras (2018).

Identificamos que os autores mais citados são Estelle Morin e Ricardo Antunes. Chamou-nos a atenção o fato de que os conceitos de ambas as referências são utilizados, no mesmo texto, por diversos pesquisadores que os assinam, como se as obras de Morin e Antunes fossem convergentes – os conceitos são utilizados como unívocos, na maioria dos textos. A submissão do pensamento de ambos à análise imanente, para identificar o conteúdo do conceito sentido do trabalho, mostrou ser um equívoco essa forma de tratar o pensamento da autora e do autor.

As obras de Morin (M) e de Antunes (A), que submetemos à análise imanente, foram os documentos M-2001, A-1999 e M-2007. A escolha foi determinada pelo número de citações de cada texto. Os textos citados sete vezes – de Tolfo e Piccinini (2007) e Bendassolli (2009) – não foram analisados, por considerarmos que tais autores partem das discussões postas tanto por Morin quanto por Antunes, seja para reafirmá-los ou refutá-los, sendo, portanto, a reflexão desses movimentos um desdobramento necessário a ser realizado posteriormente.

Uma análise imanente de escritos envolve momentos analíticos que permitam a investigação concreta da formação ideal em foco. Esses momentos têm como ponto de partida, para um exame rigoroso, a leitura que capta a reprodução analítica do discurso por meio do próprio discurso, preservando sua identidade. Esse estudo rigoroso do texto, por ele mesmo, só se torna inteligível se compreendida sua vinculação com a trama real e ideal do quadro temporal ao qual o texto pertence. A síntese resultante de tal compreensão esclarece as imbricadas origens do texto, bem como desvela suas finalidades (Chasin, 2009).

A trama ideal que trazemos para a realização da análise imanente foi composta a partir das próprias referências apresentadas por Antunes e Morin. Por isso, no decorrer do texto, resgatamos as contribuições de autores como Marx (2013/1867), Lukács (2013/1984), Hackman e Oldham (Morin, 2001), Emery e Trist (Morin, 2001) e os estudos do grupo Meaning of Work International Research Team (MOW). A trama real foi o mundo do trabalho no capitalismo. Reconhecemos que se trata de uma trama bastante ampla, porém, optamos por resgatar o aspecto comum entre ambos, em virtude de viverem realidades distintas. Morin é canadense e traz as vivências do campo da Administração, tomando a particularidade do

trabalho assalariado sob a perspectiva do empresariado; Antunes é brasileiro e discute o mundo do trabalho no campo da Sociologia, trazendo a categoria “trabalho” em sua universalidade e resgatando os sentidos do trabalho sob a perspectiva do trabalhador.

Esse foi, em resumo, nosso caminho para compreender o conteúdo presente nos conceitos de sentido do trabalho nas obras selecionadas. Buscamos apreender criticamente o percurso argumentativo dos textos, compreender suas bases e estrutura interna, sem, contudo, nos abstermos do desmascaramento dos limites de cada proposição. Passamos agora aos resultados dessas análises. Iniciamos a exposição pela explicitação do que é trabalho para Morin e Antunes para, em seguida, perscrutar o que é sentido do trabalho para cada um deles.

O que é trabalho para Antunes e Morin? A necessária compreensão da diferença entre categoria universal e particular

É comum no campo das ciências administrativas, da sociologia do trabalho, da psicologia do trabalho e dos estudos organizacionais a afirmação de que o trabalho, etimologicamente, provém da palavra *tripalium* (Borges & Yamoto, 2004; Lourenço, Ferreira, & Brito, 2013; Silva, Furtado, Lima, Ferraz, & Cabral, 2013; Tolfo & Piccinini, 2007). Disto, em geral, decorre uma conclusão: trabalho como sofrimento. Porém, como sustentar essa afirmação se, no cotidiano das relações sociais, há pessoas que trabalham e não sofrem, pelo menos não na maior parte do tempo? Recorre-se, então, a outra explicação, a moral do trabalho (Borchardt & Bianco, 2016), que afirma que o trabalho “enobrece o homem”. O interessante das duas opções é que não se demonstra o que é o trabalho, apenas retiram-se diferentes elementos discursivos de dois tempos históricos, para se debruçar sobre o trabalho no capitalismo: da sociedade baseada na escravidão, o sofrimento; da sociedade baseada na servidão, o tornar-se nobre. Nesse percurso, percebemos um anacronismo que não problematiza a especificidade do trabalho no capitalismo, o trabalho assalariado.

Tomemos o ponto do qual parte Morin (2001, p. 12) para explicar o que é trabalho: “essa noção designa um gasto de energia mediante um conjunto de atividades coordenadas que visam produzir algo de útil”. Não há, em seu texto, nenhum desdobramento reflexivo a partir desse conceito. Ela o toma como demarcador inicial para o que lhe interessa, o sentido do trabalho para os sujeitos, o conceito de trabalho em sua forma mais abstrata, ou seja, subtraído de todas as características do trabalho na concretude da sociabilidade capitalista, restando-lhe apenas sua característica mais geral, característica ineliminável ao que é trabalho em qualquer época histórica e, por isso, móvel de generalização naturalizadora. Estabelecer esse demarcador com tal grau de abstratividade é um recurso necessário, como discutir-se-á adiante, para assumir as particularidades das relações de trabalho como algo dado.

Esse ponto de partida de Morin guarda certa correspondência com as colocações sobre o que é o trabalho de outros autores, como Antunes, por exemplo. Ambos consideram que uma característica do trabalho é o gasto de energia e que, deste gasto, resulta algo útil. Porém, essa identidade de modo algum autoriza conciliar os escritos dos autores que trabalham a partir de ontologias e epistemes significativamente distintas.

Antunes parte de Marx (2013/1867), para quem a categoria “trabalho” pode ser expressa de forma universal e também em suas formas particulares. Para Marx, o trabalho não

pode ser resumido somente a gasto de energia na produção de algo útil, embora não deixe de ser isso também. O objeto colocado por Marx para análise foi o modo de produção social do capital, contudo, essa é uma forma particular de relações sociais na história da humanidade, e, para apreender a constituição dessa particularidade, fez-se necessário apreender a universalidade do modo de produção e reprodução da vida humana. Nesse sentido, foi necessário responder a indagação: quais as características essenciais que demonstram o desenvolvimento de um gênero único, o gênero humano?

Uma categoria universal é expressão, no pensamento, dos elementos comuns de relações concretas abstraídas das particularidades históricas de cada época (Marx, 2011/1976). A categoria 'trabalho', portanto, em sua universalidade, expressa a inter-relação entre ser humano e natureza, na qual o primeiro elemento, de forma intencional, modifica o segundo, visando satisfazer suas necessidades, momento em que ocorre o gasto de energia físico-psíquica. Esse processo possibilita também a alteração da própria humanidade, a criação de novas necessidades cada vez mais complexas e socializadas, pois necessidades humanas são necessidades sociais, embora vividas de modo individual. Em suma, o ser humano, ao trabalhar, altera a natureza e a si mesmo. Isso não é difícil de verificar; basta um rápido olhar para a história para observarmos como, ao longo do tempo, fomos alterando as próprias necessidades humanas e o modo de satisfazê-las (Ferraz & Menna-Barreto, 2012).

A relação humanidade-natureza não é uma ação não intencional, não é uma ação que responde instintivamente ao objeto com o qual se defronta. Assim, a partir da decomposição analítica da categoria 'trabalho' em Marx, Lukács (2013/1984) demonstra que o trabalho é um complexo de três elementos, quais sejam:

- A finalidade: interage-se com qual fim?
- A ideação: a prévia apropriação pelo pensamento das características do objeto (seus nexos causais) a ser trabalhado e que permite, antes mesmo da realização do trabalho, que o resultado já exista na cabeça do produtor;
- A intervenção correta nos nexos causais do objeto.

O objeto a ser trabalhado tem suas leis próprias e a humanidade, ao desvendar a dinâmica da natureza, pode estabelecer melhores formas de como fazer a intervenção correta para alcançar sua finalidade (eis o lugar ímpar da ciência moderna). Ou, mais do que isso, pode manipular e produzir outros objetos que, por si só, não seriam produzidos, afinal, uma árvore não se torna uma canoa por ela mesma, mas são suas características que permitem que a humanidade a transforme. Nesse sentido, afirma-se a natureza como prioridade ontológica em relação à existência da humanidade, e sua recíproca não é verdadeira.

Afirma-se, também, o trabalho como fator ontológico da humanidade, ou seja, o fator que permitiu o salto qualitativo da espécie humana, o salto de sua animalidade (respostas instintivas ao meio) à sociabilidade – salto que produziu também a linguagem. Marx e Engels (2007/1845) demonstram que, no desenvolvimento da humanidade, o desenvolvimento da linguagem faz parte da produção de uma resposta a uma necessidade posta por um pressuposto: o trabalho. A linguagem é a expressão material do pensamento, a exteriorização de uma interioridade produzida no processo de apreender o mundo externo. O trabalho põe também a inter-relação entre os indivíduos da espécie e, desse movimento, a atividade humana complexificada. O trabalho, protoforma da atividade humana, é a base para o desenvolvimento das práticas humanas em geral.

O desenvolvimento da práxis interativa constitui esferas – práticas culturais, práticas políticas, práticas religiosas, práticas afetivas, práticas sexuais etc. – que se autonomizam relativamente da esfera do trabalho, mas sem perder seu lastro identitário de origem. Para compreender a categoria ‘trabalho’, em sua universalidade, outra observação ainda necessita ser feita: o trabalho não é um ato pontual, é um processo, e, para realizar-se, há três elementos constituintes: os meios de trabalho; a capacidade de trabalho; e o objeto a ser trabalhado. E Marx (2013/1867) afirma:

O que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’. Estes fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha (p. 257, grifos nossos).

Portanto, a categoria ‘trabalho’ precisa ser enriquecida com as particularidades de seu tempo histórico, e não por meio de anacronismos. O movimento realizado por pesquisadoras que visam explicar a origem do trabalho por sua etimologia ou considerá-lo apenas como gasto de energia é limitado para explicá-lo na particularidade da sociabilidade atual, a sociabilidade cuja forma de produção da vida é a forma capitalista de produção. Os seres humanos, em seus desenvolvimentos, criaram condições particulares de produção e, dentre eles, desenvolveu-se o capitalismo. Um aspecto importante, para compreender o que determina uma época histórica como capitalista ou não, reside na observância da distribuição dos elementos necessários à produção da vida. Como estão distribuídos os meios de trabalho? Como se manifesta a utilização da capacidade de trabalho? Como o resultado do trabalho é apropriado?

No capitalismo, por um lado, há proprietários dos meios e dos objetos do trabalho; de outro, os proprietários da capacidade de trabalho, que, por sua vez, ainda que desfrutem de sua liberdade na esfera social e na esfera da circulação, não são totalmente livres na esfera da produção, eles são forçados a vender sua mercadoria – força de trabalho –, pois, apartados dos meios de trabalho, não há como trabalhar para produzir os bens necessários à reprodução da vida. Assim, a capacidade de trabalho se manifesta como uma mercadoria a ser vendida a outrem, aos que possuem os meios de produção e que, por isso, se apropriam do resultado do processo de trabalho. Esta é a base para a particularidade do trabalho no capitalismo, o trabalho assalariado.

Essa forma de organização social altera também a finalidade da produção. Se trabalho em sua concepção universal tem como resultado a produção de valores de uso (algo útil), no capitalismo, o que interessa ao proprietário dos meios de produção é a possibilidade de trocar o que foi produzido, não lhe interessa o valor útil da mercadoria, mas seu valor de troca. Ainda que, para ser trocada, a mercadoria tenha que ter um valor de uso social – quem compra tem a intencionalidade de utilizar as características úteis do produto, ou seja, seu valor de uso. Logo, o resultado do processo de trabalho no capitalismo não é algo para ser consumido por quem produz. Quem produz – a trabalhadora – apenas consegue consumir o que é necessário a sua manutenção (enquanto trabalhadora) e a da sua prole (enquanto futuras trabalhadoras). O salário, portanto, é uma expressão do valor da mercadoria força de trabalho. Uma expressão que esconde a relação entre tempo de trabalho pago e tempo de trabalho não pago, pois o trabalho expressa, na imediatividade da vida, o preço da jornada de trabalho, mas, na jornada

de trabalho, se produz tanto o equivalente ao valor da força de trabalho quanto um valor adicional, o mais valor⁸.

Em suma, no capitalismo, a prioridade não é produzir para criar valores de uso, mas para criar valor – valorizar valor –, ainda que para isso seja necessário produzir valores de uso. Vale destacar ainda que trabalhadora assalariada não é sinônimo de empregada ou de trabalhadoras que têm garantias da Consolidação das Leis Trabalhistas. As pessoas empregadas são trabalhadoras assalariadas tanto quanto aquelas que trabalham nos setores considerados informais e ilegais da economia (Ferraz, 2013).

Realizadas essas observações sumárias sobre a categoria “trabalho” em sua universalidade e sobre a particularidade do trabalho assalariado, podemos afirmar que a origem do texto de Morin, cujo ponto de partida é a compreensão do trabalho em um grau altíssimo de abstratividade, auxilia no movimento de naturalização da relação assalariada, pois ela passa a considerar que os sujeitos atribuem sentido a algo em que gastam energia de forma coordenada e para atingir determinado resultado. As mediações da particularidade desse gasto de energia, presente na categoria trabalho assalariado no capitalismo, que naturaliza inclusive a hetero-coordenação, torna-se, para Morin, um fator extrínseco, que não necessita ser considerado no conjunto geral dos sentidos dos trabalhos, como veremos adiante.

Diferentemente ocorre com Antunes, que considera a particularidade do trabalho no capitalismo, de modo que o salário não é um fator extrínseco, mas uma manifestação histórica assumida pelo trabalho, em decorrência de relações sociais em que a capacidade de trabalho é a mercadoria força de trabalho. Assim, o trabalho não é um fim em si mesmo, mas um meio. Não se trabalha com a finalidade de desenvolver e reproduzir nossas capacidades humanas, trabalha-se para receber um salário que nos permitirá acessar aquilo que precisamos para continuarmos vivos como trabalhadores. Por isso, para ele, só há trabalho com sentido quando se supera a forma de trabalho assalariada. Essa defesa do autor ficará mais explicitada na análise apresentada a seguir.

O que é sentido do trabalho para Antunes e para Morin?

Exporemos abaixo os sentidos do “sentido do trabalho” para os autores em tela, partindo da análise de seus próprios argumentos.

Antunes: o sentido do trabalho para além do capital

Para Antunes, não é possível falar em sentido do trabalho enquanto este estiver submetido à lógica do capital, afinal, tanto as atividades desenvolvidas sob a relação de trabalho assalariado quanto aquelas desenvolvidas no tempo livre são repletas de “sentidos estranhados” e, portanto, não produzem o desenvolvimento omnilateral da humanidade; são atividades desprovidas de sentido. Portanto, o trabalho só tem sentido para além do capital. Em outras palavras, o trabalho somente tem uma teleologia humanizadora quando superadas as

⁸ Esse parágrafo é um resumo bastante simplificado da discussão realizada por Marx nos 20 primeiros capítulos do Livro I de O capital. Para uma melhor compreensão, sugerimos a leitura do autor.

condições de desumanização do trabalho assalariado, que tem suas raízes na propriedade privada dos meios de produção.

Antunes (1999), ao debater as teses de fim da centralidade do trabalho, demonstra o duplo caráter do trabalho: a potencialidade de negar e afirmar a humanidade. Sob o modo de organização societal capitalista, a realização do ato de trabalho nega o movimento de humanização dos seres humanos, pois circunscreve a humanidade de modo unilateral, visando atender os interesses da valorização do valor. Trata-se, portanto, de um trabalho imposto por parte ínfima da humanidade e não meio de sua realização a partir – e para além – do reino das necessidades. O sentido do trabalho é, para Antunes, apenas aquele trabalho que seja uma autoatividade que tem um fim em si mesmo. Para constituir-se assim – posto que, na sociedade capitalista, ele não o seja –, faz-se necessário negar o trabalho em sua forma assalariada, o trabalho que não tem sentido de autorrealização humana.

Antunes é filiado à linha lukacsiana, portanto, compreende o trabalho como protoforma da humanidade, como fator que permitiu o salto da espécie humana da esfera da animalidade (interação instintiva) à sociabilidade (interação intencional). Na origem desse salto está o trabalho, o qual é condição necessária para o desenvolvimento da sociabilidade e da linguagem. Porém, ser condição não significa ter determinismo sobre o constituído por meio dele. Se o trabalho, concebido em sua forma mais simples e abstrata, é a base para o salto das relações mediadas pelos instintos à sociabilidade humana, está posta a necessária práxis interativa “entre os próprios seres sociais, de modo a procurar influenciá-los em suas ações e decisão” (Antunes, 2006, p. 145). O que significa dizer que, por exemplo, as práticas políticas não podem ser resumidas à compreensão da esfera do trabalho, mas também não podem ser apreendidas em sua totalidade sem uma referência à forma organizativa dessa esfera:

...entre trabalho (categoria fundante) e as **formas superiores de interação, a práxis interativa, existem nexos indissolúveis, por maior** que sejam as distâncias, os prolongamentos e as complexificações existentes entre essas esferas do ser social” (Antunes, 2006/1999, p. 146, grifos do autor).

O autor argumenta que o trabalho é um pressuposto necessário às atividades humanas de maior complexidade na totalidade do ser social, mas não impõe uma condição de sua centralidade à sociabilidade. Outras práticas sociais podem ser centrais na definição das finalidades postas, à medida que se configuram como momentos preponderantes da sociabilidade. Importa considerar, portanto, o lugar específico e particular das formas superiores da prática social no quadro geral das atividades da humanidade. “O sentido posto em evidência é o trabalho como prioridade ontológica, que nas formas superiores da sociabilidade é sobredeterminado, sobre conformado pela totalidade do processo social” (Fortes, 2016, p. 61).

Observamos que Antunes (2006), ao rechaçar as críticas a respeito da teoria do valor-trabalho de Marx, trouxe para o debate reflexões sobre o lugar do trabalho na sociedade complexa. O que está em questão não é a posição central ou não do trabalho, mas sua condição de prioridade ontológica. É o reconhecimento dessa condição e dos elementos da unidade do complexo de complexos que preponderam sobre o trabalho, que permite a crítica radical à sociabilidade do capital, a qual impõe um desenvolvimento unilateral à humanidade.

A produção controlada dos valores de uso que satisfaçam necessidades dos indivíduos, visando ao desenvolvimento pleno das capacidades humanas (sensibilidade, intelectualidade, senso estético, sexualidade), é o que está posto enquanto condição de desenvolvimento humano para Antunes – atenção: necessidades aqui jamais podem ser confundidas com as necessidades básicas de Maslow (2003) ou com as condições básicas de subsistência.

É nesse sentido que o autor afirma que não pode haver sentido fora do trabalho enquanto não houver sentido no trabalho, pois os nexos entre as esferas do trabalho e das práxis interativas permanecem indissolúveis. Isso é de fácil observação na vida social. A maior parte das atividades humanas está voltada para a produção de nossas capacidades humanas enquanto força de trabalho. Passamos boa parte do nosso tempo de vida tendo nossa força de trabalho consumida ou tendo atividades que qualifiquem essa força, quando não os dois concomitantemente. Porém, tal fato é de difícil compreensão, pois, embora não haja sentido humanizador no trabalho e fora dele, não perdemos a capacidade de imputar significado às coisas e às relações.

Portanto, na imediatividade do trabalho e da práxis sem sentido humanizador, encontramos sentidos, em geral, desumanos, ainda que naturalizados. Naturalizamos o adoecimento e a morte decorrente das condições de trabalho, transferindo a responsabilidade/culpa para o indivíduo que foi fraco demais e não “deu conta” (Guerra, Ferraz, & Areosa, 2018); naturalizamos os assédios e a competição no ambiente de trabalho, em nome da meritocracia; naturalizamos o “mês ser maior do que o salário”; naturalizamos iniciar a jornada de trabalho na segunda-feira, esperando somente pelo “sextou”. Lançamos mão do humor como uma mediação importante para escamotear o sofrimento desse processo de naturalização das condições que limitam o livre desenvolvimento das capacidades humanas e nos fazem sofrer.

O livre desenvolvimento das capacidades humanas necessita, para Antunes, da criação de uma forma de sociabilidade em que a produção seja determinada pelas necessidades humanas, e não pelo interesse da valorização do valor (valor de troca). É nesse ponto que Antunes reivindica a necessidade de romper com o trabalho assalariado, para que o trabalho tenha um sentido. E romper com o trabalho assalariado é romper também com a propriedade privada dos meios de produção, base para que apenas um grupo social se aproprie do trabalho dos demais membros da espécie humana.

Sucintamente, Antunes denuncia que o trabalho e as demais atividades humanas subsumidas às necessidades da valorização do valor (necessidades particulares e não universais) permitem uma autoprodução humana que limita o processo de humanização da humanidade. Assim, somente é possível desenvolver estudos sobre o trabalho, na acepção de sentido do trabalho usado por Antunes, se objetivar-se apreender o movimento real, em que a atividade humana efetiva a humanidade negando-lhe seu potencial humanizador, característica da particularidade do sistema sociometabólico do capital.

Morin: o sentido do trabalho apenas como valorização para o capital

Se, para Antunes, o trabalho só tem sentido quando superadas as relações capitalistas, para Morin, o trabalho somente tem sentido se ele reproduzir, sem resistências, as relações capitalistas. Foram três os textos de Morin que figuraram entre os cinco mais citados, sendo dois de autoria própria e um em parceria com Tonelli e Vieira. Embora as coautorias tenham

permitido inserções na linha argumentativa da autora canadense, essas não foram suficientes para alterar o conteúdo do argumento central sobre o “sentido do trabalho” para Morin. E qual é esse sentido? Anunciá-lo-emos de imediato e, na sequência, demonstraremos os argumentos da autora.

Sentidos do trabalho, na perspectiva de Morin, indicam a capacidade humana de significar apenas aqueles sentidos atribuídos ao trabalho que permitam que a trabalhadora reconheça que há um propósito positivo no que faz e, assim, seja impulsionada a ser mais produtiva. Para a autora – e suas parceiras –, importa identificar os sentidos que permitam aumentar a produtividade do trabalho e a intensidade em que a atividade é desempenhada, e não o sentido que o trabalho possui para um grupo social. Morin está comprometida em produzir um conhecimento que auxilie aos gestores a realizarem alterações na organização do trabalho, pois ela supõe que os problemas de produtividade emergem de um baixo grau de correspondência entre as características da pessoa e as propriedades das atividades desempenhadas:

O princípio que guia a organização do trabalho é o de modificar os comportamentos de tal forma que, gradualmente, os trabalhadores sejam conduzidos a desenvolver atitudes positivas com relação às funções executadas, à empresa que os emprega e a eles próprios (2001, p. 9).

Morin identifica que os indivíduos possuem certas capacidades que não correspondem imediatamente ao que o processo de trabalho sob o capital necessita. A natureza das atividades desenvolvidas com a complexificação da divisão técnica do trabalho demanda do indivíduo que vende sua força de trabalho a mobilização de apenas algumas de suas capacidades humanas. Nem tudo o que somos – tampouco tudo o que podemos ser – é utilizado no processo de trabalho, por isso, a importância de distinguir o sujeito que trabalha da força de trabalho que ele vende.

As características físicas e mentais da força de trabalho são determinadas pelas necessidades do processo de trabalho submetido à reprodução do capital. Porém, o que somos e o que podemos nos tornar – do qual a força de trabalho que possuímos é apenas um dos aspectos que nos compõe – pode e, em geral está, para além do que é demandado. Somos seres que podem desenvolver mais capacidades do que a unilateralidade do processo de produção exige.

É sobre essa diferença real que Morin advoga que esse “a mais” seja convertido em força de trabalho, que todas as capacidades físicas e mentais sejam voltadas para a demanda do processo de trabalho e de valorização – o que a autora chama de “desenvolver atitudes positivas com relação às funções executadas”. O princípio da organização do trabalho é, portanto, reproduzir e intensificar a redução das capacidades humanas à força de trabalho, pois essa modificação positiva do comportamento está relacionada tanto a uma maior intensificação do trabalho quanto ao aumento da produtividade. Morin (2001) conclui: “o comprometimento [da trabalhadora] com o trabalho [é o] que constitui o principal indicador de uma organização eficaz” (p. 9).

A moral de nossa época é relativamente restritiva à alteração de comportamentos por meio do uso direto da força física. Por isso, a necessidade de identificar os elementos presentes

na atividade laboral que podem surtir efeitos positivos sobre a subjetividade da pessoa que trabalha, conduzindo-a a uma alteração positiva de comportamento – seguindo o princípio norteador da organização do trabalho. Portanto, não interessa para Morin qualquer conteúdo do sentido atribuído ao trabalho pelas trabalhadoras, mas apenas aquele que mobiliza o aumento da eficácia do processo de trabalho; ou, o que está subentendido, trata-se de controlar o processo de trabalho e adequar a trabalhadora ao processo de valorização.

Sob o aspecto epistemológico, a autora impõe um corte bastante delimitado a seu objeto de pesquisa – os sentidos dos trabalhos –, a ponto de torná-lo “trabalho que tem sentido”. Para ter sentido, o conteúdo simbólico atribuído ao trabalho tem que ser um sentido positivado. Essa transmutação imposta pela razão sobre o real é o que permite a autora desenvolver suas pesquisas abstendo-se de considerar uma série de aspectos (do campo simbólico, inclusive) do fenômeno em tela e, essencialmente, abstendo-se de considerar que a subjetivação da atividade no processo de trabalho e a produção de “definições” sobre a prática social mobilizadora da ação, dentro de um contexto particular da sociabilidade humana, ocorrem em um processo de trabalho que é também processo de valorização. Acompanhemos mais de perto a estrutura lógica de sua argumentação.

Compreendendo que a tarefa de quem atua nas ciências administrativas e demais ciências correlatas é produzir conhecimento que oriente “as decisões e as intervenções das pessoas responsáveis por processos de transformação que têm impacto sobre a organização do trabalho” (Morin, 2001, p. 9), para torná-la mais eficaz, a autora assume três modelos teóricos, quais sejam:

- o modelo de Hackman e Oldham (Morin, 2001);
- o modelo sociotécnico de Emery e Trist (Morin, 2001);
- o modelo de definição do trabalho desenvolvido pelo grupo MOW.

O modelo de Hackman e Oldham busca explicar as interações entre as características de um emprego – cabe salientar que a própria noção de emprego não é problematizada, tomando esse termo como sinônimo de trabalho – e as diferenças individuais que influenciam a motivação, a satisfação e a produtividade. O modelo envolve cinco características do emprego (variedade das tarefas, identidade do trabalho, significado do trabalho, autonomia e *feedback*) que produzem estados psicológicos que terão influências sobre os resultados (motivação, desempenho, satisfação, absenteísmo, rotatividade).

O sentido do trabalho citado por Morin (2001) é um efeito dos três primeiros elementos, que podem ser resumidos da seguinte maneira:

- 1) a variedade das tarefas: um trabalho requerer uma variedade de tarefas que exijam uma variedade de competências;
- 2) a identidade no trabalho: a capacidade de um trabalho permitir a realização de algo do começo ao fim, com um resultado tangível, identificável;
- 3) o significado do trabalho: a capacidade de um trabalho ter um impacto significativo sobre o bem-estar ou sobre o trabalho de outras pessoas, seja na sua organização, seja no ambiente social” (p. 10).

Esses elementos necessitam gerar um efeito psicológico que reflita, para a pessoa, que aquilo que ela faz é importante, legítimo e útil. Caso não sejam produzidos esses efeitos, o sentido do trabalho é sem sentido, ou o trabalho não tem um sentido. Observamos, novamente, como a capacidade humana de significar as práticas é recortada a partir do interesse das pesquisadoras, construindo um conceito para o sentido do trabalho que tenha como conteúdo apenas os elementos significativamente positivos para a ‘organização eficaz do processo produtivo’.

Os elementos presentes no modelo de Hackman e Oldham (Morin, 2001) aproximam-se dos aspectos considerados intrínsecos ao trabalho pela escola sociotécnica. Para Emery e Trist (segundo Morin, 2001), o trabalho precisa possuir as seguintes propriedades para motivar o sujeito à ação: variedade e desafio, aprendizagem contínua, margem de manobra e autonomia, reconhecimento e apoio, contribuição social, futuro desejável. Observa-se, nessas ponderações dos quatro autores, a capacidade que os seres humanos possuem de, ao se relacionarem com a natureza e com outros seres humanos, alterarem-se a si mesmos. Essa qualidade universal do trabalho, no entanto, assume formas particulares determinadas pela distribuição dos componentes do processo de trabalho entre sujeitos sociais distintos e que aparecem nos modelos teóricos, sobretudo no modelo sociotécnico, como “aspectos extrínsecos” ao trabalho.

Os aspectos extrínsecos estão relacionados às condições do trabalho assalariado, como: salário justo e aceitável, estabilidade no emprego, vantagens apropriadas, segurança, saúde e processos adequados. Ao compartilhar a cisão entre fatores intrínsecos e extrínsecos processados pelos autores da escola sociotécnica, Morin abstrai de suas pesquisas o que é a particularidade do trabalho no capitalismo e assume apenas a categoria em sua expressão universal. São as características universais do trabalho que compõem o objeto de atribuição de sentido. Esse movimento analítico é imprescindível, pois somente operando essa abstração arbitrária das condições ditas extrínsecas – e que são inegáveis de forma imediata para qualquer um, posto ser uma descrição da particularidade do trabalho no capitalismo – é possível advogar pela necessidade de alterar (adequar) o sujeito que trabalha, e não as condições em que o trabalho é efetuado.

Não há reflexão sobre a materialidade da relação de trabalho. Por exemplo: o salário importa somente à medida que é julgado como justo, porém, nada é dito sobre o que é o salário, nem ao menos um padrão é definido para tal atribuição valorativa. O mesmo ocorre com os demais fatores considerados extrínsecos ao trabalho. O que seriam: estabilidade no emprego, vantagens apropriadas, segurança e saúde? Morin (2001) nos indica que seriam as condições mínimas necessárias, segundo o julgamento de cada trabalhadora, para que ela esteja cada vez mais comprometida com os objetivos de valorização do capital – “os trabalhadores sejam conduzidos a desenvolver atitudes positivas com relação às funções executadas, à empresa que os emprega” (p. 9). A resposta dada por Morin àquela pergunta é o conteúdo constituinte da necessidade de realizar o inventário das definições de trabalho para as trabalhadoras, o que, para ele, é satisfeito a partir do inquérito realizado pelo MOW.

O grupo indicou seis conjuntos de definições atribuído ao trabalho, sendo três positivos, dois negativos e um neutro. O aspecto negativo é caracterizado por não serem as atividades laborais agradáveis, pela existência da heteronomia e pela inevitabilidade do trabalho, que, de fato, é a inevitabilidade da venda da força de trabalho. Porém, como os dois

modelos teóricos precedentes permitiram que a autora considerasse sentidos do trabalho somente aqueles sentidos positivos, os aspectos negativos não são elementos a problematizar. Não se problematiza que a origem dos determinantes da negatividade esteja na natureza do trabalho assalariado, e não na natureza do trabalho.

As pesquisas realizadas por Morin (2001), cujo foco está nas positivities, indicaram a existência dos aspectos positivos apresentados pelo MOW, entre os franceses e canadenses. A autora conclui:

Por trabalho, os indivíduos de nossa amostragem compreendem uma atividade remunerada, que apresenta um valor agregado, que lhes permite melhorar e traz uma contribuição para a sociedade. Essa concepção prediz as características que deveria ter um trabalho que tem sentido” (p. 14).

Cabe salientar novamente a não problematização da autora sobre a diferença entre o que é trabalho e o que é trabalho assalariado.

Vivemos em uma sociedade em que as relações hegemônicas no mundo do trabalho são as relações salariais, não há nenhum ineditismo identificar que a pessoa que trabalha considera como trabalho aquilo pelo qual é remunerada. Ela vende sua força de trabalho para ser utilizada no processo de trabalho, em que será obrigada a produzir (ou realizar) mais valor do que corresponde ao valor da sua força de trabalho. Portanto, os inquiridos e as inquiridas relatam aquilo que vivem de forma imediata: sua condição de assalariamento, seja esse assalariamento na forma de emprego ou não. Assumir a particularidade do trabalho assalariado como trabalho é responsabilidade da autora que, já de antemão, havia assumido as características do trabalho como intrínsecas e extrínsecas, havia naturalizado e tornado imutáveis as segundas, para estar livre para produzir modelos que permitam atuar sobre as primeiras: aquelas concernentes à força subjetiva do trabalho. Epistemologicamente, percebemos que a autora constrói idealmente as condições necessárias para encontrar, na realidade, os preditores que, depois, indica ser relatado pelos investigados.

Quanto às condições intrínsecas do trabalho, elas permitem que as trabalhadoras percebam que, ao terem sua força de trabalho usada no processo produtivo, não apenas mercadorias saem dele, mas também uma alteração no ser de cada trabalhadora – aquelas que “lhes permite melhorar” – e que ambos os produtos desse processo de trabalho surtem efeitos na sociedade. Reconhece-se, portanto, a sociabilidade humana. Não há realização do ser de cada individualidade de nossa espécie sem a constituição de relações sociais.

A conclusão da autora apresenta uma característica humana como desdobramento de uma relação de trabalho particular, a relação assalariada. Inverte o real histórico, posto que é a capacidade da atividade sensível, como mediadora do processo de humanização, que produziu as condições da instituição do trabalho assalariado. Essa forma de relação produz limitações ao processo de desenvolvimento das capacidades humanas, posto que o mesmo está subsumido às necessidades do processo de valorização.

Assim, Morin apresenta as condições de emprego como o espaço de socialização do indivíduo que trabalha – o que não deixa de ser, na particularidade do capital –, como se apenas numa relação de venda da força de trabalho estaria colocada a condição necessária da realização de uma pessoa, para a realização da sociabilidade. Apresentando o trabalho

assalariado como condição necessária para a sociabilidade humana, para a realização das individualidades, todos os elementos argumentativos estão logicamente encadeados, a partir da imediatividade do real, sem romper com ele, para que se identifiquem os elementos do processo de trabalho que atuam sobre a subjetividade da trabalhadora, a fim de mobilizá-la sem resistências a adaptar-se às exigências do capital.

Está produzida a teoria sobre o sentido do trabalho, em que as demais pesquisadoras e pesquisadores irão se fundamentar para revelar qual o sentido que um trabalho precisa ter para fazer com que trabalhadoras entreguem o máximo de suas capacidades a quem compra sua força de trabalho. Se não houver a correspondência entre o sentido (positivado) que o trabalho deve ter e o sentido que a trabalhadora atribui ao trabalho, o trabalho não tem sentido, é um trabalho sem sentido, ainda que esteja cheio de outros sentidos. Com essa última afirmação, localizamos Morin e Antunes em posições contrárias na produção do conhecimento: ele demonstra a necessidade de defender os interesses da classe trabalhadora para a emancipação de toda humanidade, já ela nos ensina a defender os interesses da classe capitalista visando a manutenção do modo de produção que acumula riqueza nas mãos de alguns enquanto quem a produz vivencia um processo de pauperização constante (Ferraz & Mueller, 2014).

Reflexões ‘finais’

Reflexões sobre o estado da ciência e as questões vinculadas à teoria sobre sentidos do trabalho nos permitiram identificar os conteúdos que se atrelam aos conceitos mais utilizados pelas pesquisadoras brasileiras nas ciências sociais aplicadas. Para Antunes, não é possível falar em sentido do trabalho enquanto este estiver subsumido ao capital. Afinal, tanto as atividades desenvolvidas sob a relação de trabalho assalariado como aquelas desenvolvidas no tempo livre são repletas de “sentidos estranhados” e, portanto, não produzem o desenvolvimento omnilateral da humanidade; são atividades desprovidas de sentido à humanidade, apesar de a nossa capacidade cognitiva atribuir significados ao trabalho submetido ao capital (Ferraz, 2019). Portanto, para Antunes, o trabalho, para ter sentido, é aquele que está para além do capital.

Se, para Antunes, o trabalho só tem sentido quando superadas as relações capitalistas, para Morin, o trabalho somente tem sentido se ele reproduzir, sem resistências, as relações capitalistas. Sentidos do trabalho, na perspectiva de Morin, indicam a capacidade humana de significar apenas aqueles sentidos atribuídos ao trabalho (por sua vez, assalariado) que permitam que a trabalhadora reconheça que há um propósito positivo no que faz e, assim, seja impulsionada a ser mais produtiva.

Tomamos a cautela de considerar as realidades, as epistemologias e as metodologias distintas, e uma das contribuições imediatas de nossas reflexões é a necessidade de pesquisadoras atentarem-se à precisão dos conceitos e categorias utilizados por Morin e Antunes. E tais reflexões nos permitiram concluir que as pesquisadoras não podem utilizar os dois autores ao mesmo tempo, sem destacar, antes, as suas respectivas diferenças, respeitando-as. Antunes apresenta-se como o segundo autor mais utilizado no campo, todavia, são ínfimos os textos que fazem a crítica radical ao trabalho assalariado. A potencialidade de sua teoria é

pouco refletida no campo e não são raros os textos em que ele e Morin figuram lado a lado, ainda que um afirme o capital e o outro negue-o.

Esperamos que nossas colocações, a respeito da utilização dos sentidos do trabalho, contribuam para colocar ‘os pingos nos is’ acerca do tema e tenham provocado as pesquisadoras a irem além das aparências do fenômeno no mundo do trabalho. Dessa forma, entendemos que nossas reflexões vão ao encontro da proposta de Coutinho (2015), que chama a atenção para a potencialidade de a psicologia social do trabalho (acrescentamos: e das demais áreas disciplinares da ciência), a partir de uma análise crítica, produzir um conhecimento e uma prática que questionem as condições das desigualdades sociais. Acrescentamos, ainda, que essa potencialidade pode ganhar robustez se essa análise crítica objetivar apreender os problemas sociais em sua raiz.

À guisa de contribuição final, destacamos ainda alguns elementos que entendemos como importantes sobre os dois autores, antes de apontar possibilidades de agendas de pesquisa.

Se entendermos que sentido é resultado da apreensão cognitiva de algo, seja alguma coisa material ou uma ação humana, que atribui à objetividade aspectos de nossa subjetividade (Ferraz, 2019), e tendo em consideração a explanação sobre a linguagem, reconhecemos que o sentido do trabalho em Morin cerceia epistemologicamente a real capacidade cognitiva das trabalhadoras. Tal cerceamento se põe como um *a priori*, em função do ponto de partida da autora: encontrar as atribuições de sentido que torne a trabalhadora mais comprometida com o processo de valorização do capital, trazendo “eficiência organizacional”, porém, não qualquer eficiência, mas aquela que traz ganhos para a empresa, em outras palavras, para o empresariado. Essa prerrogativa impede Morin – até porque não é sua intenção – de considerar que algumas atribuições subjetivas ao trabalho são negativas (ainda que as identifique em seu inquérito) e, por isso, demandam mudanças de caráter profundo na forma de organização do trabalho, a fim de que o processo de trabalho atenda aos anseios humanos (não o contrário). Portanto, a crítica realizada à autora não é quanto à necessidade de tornar o processo de trabalho mais eficiente, mas de torná-lo mais eficiente para o capital.

Ademais, o conhecimento produzido por Morin é limitado em sua possibilidade de estudos de atividades reconhecidas como imorais e ilegais, segundo a moral de cada época e país. Se um dos sentidos atribuídos ao trabalho, que torna a atividade um trabalho com sentido, é o reconhecimento positivo da sociedade, como isso pode se expressar nas esferas em que a mercadoria produzida pelas trabalhadoras é, por exemplo, o sexo, os entorpecentes etc.?

Para manter-se coerente com Morin, seria necessário ignorar a existências desses setores da economia. Tal empreitada não é algo difícil, pois o objetivo dos estudos, na perspectiva da autora, é a adaptação por meio da não violência do sujeito que trabalha ao trabalho, algo não demandado naqueles setores, em que a violência física e a morte são a base do poder do explorador. Ademais, manter-se sob a linha argumentativa da autora, aplicar os instrumentos de coleta de dados desenvolvidos segundo sua concepção de sentido do trabalho com trabalhadoras cujos trabalhos são socialmente considerados ilegais e/ou imorais, é um movimento que tende a reforçar a situação de precariedade em que esses e essas trabalhadoras vivem, mesmo que não sejam as intenções de quem pesquisa, pois tende a encontrar somente os sentidos positivos, a despeito das condições desumanas de trabalho. Tais condições são fatores externos ao trabalho. Com essa reflexão, desejamos provocar os pesquisadores e pesquisadoras quanto às suas responsabilidades sociais. Aqui, portanto, coloca-se uma

indagação aos que encabeçam a agenda de pesquisa que vem se constituindo sobre o tema e tem como objeto de investigação o trabalho dito marginal, qual seja: a quem serve a produção do conhecimento, a partir das concepções de Morin, acerca da prostituição, do trabalho no cárcere, do trabalho análogo à escravidão?

O avanço no campo de estudo sobre os sentidos dos trabalhos, na perspectiva de Morin, tem se pautado em colocar, como objeto de estudos, categorias profissionais antes não comportadas na proposta da autora – porque ela entendia trabalho como sinônimo de emprego, uma realidade cada vez mais ausente nas relações de trabalho no mundo. Portanto, chamamos a atenção, ainda, para que pesquisadores e pesquisadoras que pretendem desenvolver estudos sobre atribuições de sentidos às práticas laborais – sejam elas quais forem –, mas que não estejam preocupados e preocupadas com a maximização da intensidade do trabalho, precisam superar a abordagem de Morin e permitir que as pesquisas indiquem o conjunto de sentidos novos, e não apenas aqueles que interessam ao processo de valorização do capital. E, lembramos, reconhecer a flexibilização e desregulamentação dos laços empregatícios, ampliando a concepção de trabalho como sinônimo de emprego utilizada por Morin, não é o mesmo que advogar pelo fim do trabalho assalariado, sobretudo, frente às novas formas de organização do trabalho pautadas pelo desenvolvimento de aplicativos que estabelecem a uberização das relações trabalhistas (Franco & Ferraz, 2019).

Destacamos, porém, que uma agenda de trabalho que vise à superação da abordagem de Morin não garante a produção de conhecimento voltado aos interesses necessários das trabalhadoras por relações e condições de humanização da humanidade. Isso ocorre seja porque o foco apenas na esfera da subjetividade não permite ir além da descrição do sentido, não permite compreender a relação entre a objetividade-subjetividade; seja porque os pressupostos para a reivindicação de outras perspectivas permaneçam no campo da identificação das “demandas e valores individuais” para a “elaboração de políticas de gestão de pessoas que promovam o atingimento de resultados organizacionais” (Silva & Simões, 2015, p. 10). Colocamos como horizonte de uma agenda de pesquisa, portanto, a produção de conhecimento comprometida com a possibilidade da humanização da humanidade e chamamos a atenção para a necessidade de avançar na compreensão do sentido do trabalho sem perder de vista a objetividade da relação contraditória capital-trabalho, no qual o trabalho e as práticas sociais não têm sentido humanizador, por serem, antes de tudo, trabalho assalariado.

Destaca-se, como elemento de uma agenda de pesquisa, a necessidade de recuperar a determinância ontoprática do pensamento (Vaisman, 1999) para que os estudos dos sentidos do trabalho se constituam como veículo de acesso ao real singular e imediato das condições de trabalho, mas não como um fim em si mesmo. A relação entre objetividade-subjetividade é, aqui, resgatada para denotar que não intentamos refutar a necessidade de apreendermos o resultado das subjetivações sociais, enquanto conjunto de conteúdos atribuídos pelos sujeitos que trabalham ao trabalho. Pelo contrário, o estabelecimento de sentidos à vida imediata é uma necessidade humana, a apreensão desse complexo e sua raiz prática é uma possibilidade trazida pela teoria marxiana, que permite dar aos estudos dos sentidos dos trabalhos o lugar que eles têm: estudos que tratam da consciência imediata, portanto, que revelam um aspecto do fenômeno, tão somente. Isso porque, como destacam Marx e Engels (2007/1845):

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seus processos de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desses processo de vida. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (p. 94).

Sem perder o lastro da práxis, da qual os sentidos é apenas um aspecto, Antunes coloca a necessária negação das condições concretas do trabalho assalariado que, por sua vez, nega o livre desenvolvimento das capacidades humanas. Antunes rompeu com o movimento de universalização da categoria trabalho assalariado, o apreendeu em sua particularidade nas relações sociais capitalistas, em que atividades humanas em geral são passíveis de mercantilização. Sem esse movimento de desnaturalização do trabalho assalariado, até mesmo aquelas pesquisas que não cerceiam cognitivamente a subjetividade dos indivíduos não têm a potencialidade de apreender os sentidos do trabalho enquanto unidade, no campo das ideias, de negativos e positivos que, à primeira vista, aparecem como dilemas, mas expressam as contradições do real.

Avançar no desenvolvimento dos estudos sobre os sentidos dos trabalhos, a partir das necessidades da classe trabalhadora, impõe às pesquisadoras do campo uma agenda de pesquisa que passa, ao menos, pela análise imanente dos pressupostos das (novas) abordagens utilizadas, pelo desenvolvimento de estudos que busquem, na concretude das relações sociais, os condicionamentos das produções das ideias – furtando-se, assim, da posição confortável de descritor dos conteúdos dessas produções – e o que entendemos como condição imprescindível, o resgate da categoria trabalho a partir da economia política. Esse movimento é o que garante compreender as particularidades e as singularidades das atividades humanas dos indivíduos em suas relações sócio-históricas. Isso é o que permite apreender os sentidos atribuídos à particularidade do trabalho sob o capital e negar as condições produtoras desses sentidos, para que haja possibilidade de termos uma vida repleta de sentido para além do capital.

Referências

- Antal, A. B., Debucquet, G., & Frémeaux, S. (2018). Meaningful work and artistic interventions in organizations: conceptual development and empirical exploration. *Journal of Business Research*, 85, 375-385.
- Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (3ª ed., Coleção Mundo do Trabalho). São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (Org.). (2006). *Riqueza e miséria do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Bendassolli, P. F. (2009). *Psicologia e trabalho: apropriações e significados*. São Paulo: Cengage Learning.
- Bendassolli, P. F., & Gondim, S. M. (2014). Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 32(1), 131-147.
- Borchardt, P., & Bianco, M. F. (2016). Meanings of volunteer work: a study with members of a lutheran institution. *RAM, Revista de Administração Mackenzie*, 17(5), 61-84.
- Borges, L. O., & Yamamoto, O. H. (2004). O mundo do trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Andrade-Borges, & A. V. B. Bastos (Orgs.), *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (pp. 492-517). Porto Alegre: Artmed.
- Chasin, J. (2009). *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo. (Originalmente publicado em 1995)

- Colomby, R. K., & Costa, S. G. (2018). Perspectives on labor polysemy: theoretical foundations and study possibilities. *Revista de Administração Mackenzie*, 19(5), eRAMG180082.
- Coutinho, M. C. (2015). Psicologia social do trabalho em dois tempos. In M. C. Coutinho, O. Furtado, & T. R. Raitz (Orgs.), *Psicologia social e trabalho: perspectivas críticas* (pp. 2-15). Florianópolis: Edições do Bosque.
- D'Arísbo, A., Boff, D., Oltramari, A. P., & Salvagni, J. (2018). Regimes de flexibilização e sentidos do trabalho para docentes de ensino superior em instituições públicas e privadas. *Trabalho, Educação e Saúde*, 16(2), 495-517.
- Ferraz, D. L. S. (2013). Pelo fim da categoria inclusão/exclusão: a questão do exército de reserva no capitalismo contemporâneo. In A. D. Cattani (Org.), *A construção da sociedade justa na América Latina* (pp. 67-89). Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Ferraz, D. L. S. (2019). Sequestro da subjetividade: revisitar o conceito e apreender o real. *Revista Eletrônica de Administração*, 25(1), 238-268.
- Ferraz, D. L. S., & Menna-Barreto, J. (2012). A organização dos trabalhadores desempregados como mediação para a consciência de classe. *Organizações & Sociedade*, 19(61), 187-207.
- Ferraz, D. L. S., Mueller, R. R. (2014). Assistencialisme er entrepreneuriat populaire: une nécessaire articulation pour éradiquer la pauvreté? In P. J. Ulysse, F. Lesemann, & F. J. P. Sousa (Orgs.), *Les travailleurs pauvres: précarisation du marché du travail, érosion des protections sociales et initiatives citoyennes* (v. 1, pp. 249-268). Québec: Université du Québec.
- Ferraz, D. L. S., Chaves, R. H., & Ferraz, J. M. (2018). Para além da epistemologia: reflexões necessárias para o desenvolvimento do conhecimento. *Revista Eletrônica de Administração*, 24(2), 1-30.
- Fortes, R. V. (2016). As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho. *Verinotio Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, 22, 44-75.
- Franco, D. S., & Ferraz, D. L. S. (2019). Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos EBAPE.BR*, 17(edição especial), 844-856.
- Guerra, A. F., Ferraz, D. L. S., & Areosa, J. (2018). Relações de trabalho na dinâmica do capitalismo contemporâneo: uma antecâmara para o suicídio? *Revista TMQ Techniques, Methodologies and Quality*, número especial, 12-27.
- Lourenço, C. D. S., Ferreira, P. A., & Brito, M. J. (2013). O significado do trabalho para uma executiva: a dicotomia prazer e sofrimento. *Revista Organizações em Contexto*, 9(17), 247-279.
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social* (vol. 2). São Paulo: Boitempo. (Originalmente publicado em 1984, título original: *Zur ontologie des gesellschaftlichen seins: Die gegerwätige problemlage*)
- Marx, K. (2011). *Grundrisse* (13ª ed.). São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: UFRJ. (Originalmente publicado em 1976, título original: *Gundrisse der Kritik der Politischen Okonomie*)
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica à economia política* (vol. 1, 3ª ed.). São Paulo: Boitempo. (Originalmente publicado em 1867, título original: *Das Kapital*)
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo. (Originalmente publicado em 1845-1846, título original: *Die deutsche Ideologie*)
- Maslow, A. H. (2003). *Diário de negócios de Maslow*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Morin, E. M. (1997). Le sens du travail pour des gestionnaires francophones. *Revue Psychologie du Travail e des Organisations*, 3, 26-45.
- Morin, E. M. (2001). Os sentidos do trabalho. *Revista Administração de Empresas*, 41(3), 8-19.
- Morin, E., Tonelli, M. J., & Pliopas, A. L. V. (2007). O trabalho e seus sentidos. *Psicologia & Sociedade*, 19(spe), 47-56.
- Paes de Paula, A. P. (2015). *Repensando os estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistemológicas e a abordagem freudo-frankfurtiana*. Tese Titular, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Silva, A., Furtado, G. M., Lima, T. C. B., Ferraz, S. F. S., & Cabral, A. C. A. (2013). Sentido do trabalho e diversidade: um estudo com homossexuais masculinos. *Revista ADM. MADE*, 17(2), 85-105.
- Silva, M. P., & Simões, J. M. (2015). O estudo do sentido do trabalho: contribuições e desafios para as organizações contemporâneas. *Capital Científico*, 13(3), 136-151.

- Tolfo, S. R., Coutinho, M. C., Almeida, A. R., Baasch, D., & Cugnier, J. (2005). Revisitando abordagens sobre sentidos e significados do trabalho [CD-ROM]. *Anais do Fórum CRITEOS*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Tolfo, S. R., Coutinho, M. C., Almeida, A. R., Baasch, D., & Cugnier, J. (2011). Sentidos y significados del trabajo: um análisis com base em diferentes perspectivas teórico-epistemológicas en Psicología. *Universitas Psychologica*, 10(1),175-188.
- Tolfo, S. R., & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 19(spe), 38-46.
- Vaisman, E. (1999). A usina onto-societária do pensamento. *Revista Ensaio AdHominem*, 1(1), 247-287.

Endereço para correspondência

deiseluiza@face.ufmg.br, paulacristina.m.fernandes@gmail.com

Recebido em: 16/07/2019

Revisado em: 10/03/2020

Aprovado em: 02/04/2020